

Entrevista com Ricardo Salles: “Licença para hidrelétrica tem que sair em até um ano”

ZAIA, Cristiano. “Entrevista com Ricardo Salles (Meio Ambiente): ‘Balanço final destaca construção coletiva da Aneel’”. *Valor Econômico*. Brasília, 26 de dezembro de 2018.

Último indicado para compor a equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro, o futuro ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, assumirá o cargo com a missão já alardeada por vários de seus antecessores de reduzir sensivelmente os prazos para liberação de licenças ambientais.

"Se for uma coisa de baixa complexidade, tem que demorar um mês, dois meses. Agora você não pode ter um licenciamento que demore mais de um ano, não tem cabimento", disse, em entrevista exclusiva ao Valor, num hotel em Brasília onde se hospeda há meses, desde que passou a integrar a equipe de transição do futuro governo.

Para dar mais celeridade ao processo de licenciamento, Salles promete informatizar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), numa estratégia de investir menos em pessoas e mais em tecnologia, como parte do "choque de gestão ambiental" que quer implantar na pasta. As licenças mais ágeis também passarão por uma novidade que vai constar da medida provisória da nova estrutura do governo Bolsonaro, que consiste em implantar assessorias ambientais (as embaixadas verdes) em diversos ministérios, como Minas e Energia, Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Agricultura.

Salles garantiu que não vai interferir na votação do polêmico projeto que revisa e flexibiliza o processo de licenciamento no país, grande bandeira de setores empresariais como o próprio agronegócio.

Quando o assunto é a "indústria das multas", termo repetido à exaustão por Bolsonaro desde a campanha, Salles diz que não quer enfraquecer o papel dos fiscais do Ibama. E terá como uma das prioridades fazer com que o órgão julgue as multas e infrações com mais agilidade, criando "Câmaras de Conciliação Ambiental" nos Estados como mais uma instância administrativa para que pessoas e empresas multadas pelo Ibama possam se defender.

Salles também deu sua versão para uma condenação, pela Justiça de São Paulo, por improbidade administrativa na suposta alteração de um mapa ambiental do Rio Tietê, quando era secretário estadual de São Paulo na gestão de Geraldo Alckmin (PSDB).

Na semana passada, o futuro ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, reforçou, sem falar do caso de Salles, que no futuro governo "não haverá espaço para quem não for ficha limpa".

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *O Ministério do Meio Ambiente sofrerá muitas mudanças em sua estrutura no governo Bolsonaro?*

Ricardo Salles: O ministério, menos. A mudança mais significativa é a transferência da Agência Nacional das Águas (ANA) para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Em segundo lugar vamos manter separados o ICMBio e o Ibama, não vamos fundir, pelo menos por enquanto. Havia uma ideia de unir os dois órgãos, mas entendemos que, nesse momento, antes de tomar pé de fato de como estão as

estruturas dessas duas instituições, temos de mantê-las separadas, até para conhecê-las. Se unifica de cara, fica mais difícil identificar. Inicialmente, ICMBio e Ibama estavam juntos mas foram separados pela Marina Silva.

Valor: *E quais serão suas primeiras medidas à frente do ministério?*

Salles: Vamos começar o ano trabalhando em cima de três temas. Em primeiro lugar, vamos investir em uma agenda de defesa do meio ambiente em área urbana, que está muito escanteada e enfraquecida no Brasil. A questão da despoluição dos rios, melhoria da qualidade do ar e despoluição do solo. Em São Paulo, baixamos de 112 lixões para 9, por exemplo. Temos que resolver o problema do lixo no Brasil. Uma parte se faz com educação ambiental e mudança de cultura - tem que haver segregação do lixo nas residências. A reciclagem tem que ser para valer, assim como o aproveitamento energético do lixo. No mundo inteiro há produção de energia a partir do lixo, só aqui que não. Não deixam fazer pelo lobby dos aterros sanitários. E já existe um Programa Nacional de Resíduos Sólidos, que está patinando mas vamos fazer cumprir, principalmente na parte de logística reversa, que é fazer com que as cadeias produtivas também participem.

Valor: *Essas questões já não constavam dos planos em execução?*

Salles: Esse é um problema sério no meio ambiente, impor metas ou técnicas que não são factíveis economicamente, e aí a pessoa não faz. É melhor exigir algo razoável e ter a certeza que isso vai ser cumprido. Vamos estudar um mecanismo adequado para não criar uma situação muito teórica e que seja possível cumprir e implementar. O que não pode é desenhar um cenário perfeito, mas impossível de ser cumprido na prática, que foi o que aconteceu com o "Resíduo Sólido". Dentro dessa agenda, também tem a despoluição dos rios. Para isso tem que ter saneamento. O saneamento em si é mais área do Ministério do Desenvolvimento Regional, mas a fiscalização será nossa, ou seja, aqui teremos uma dobradinha entre os dois ministérios.

Valor: *Isso depende de alterar leis?*

Salles: Não, é uma cooperação com os órgãos dos Estados e, em alguns casos, os municípios também. Apoiando os Estados para que eles promovam as medidas de fiscalização e eventual correção, com ajuda do governo federal, inclusive financeira se for necessário. Não são temas que têm um impacto grande financeiro, mas têm um bom impacto do ponto de vista da qualidade do meio ambiente. Pensando em qualidade do ar tem o RenovaBio, programas de etanol, substituição da matriz energética dos combustíveis fósseis por renováveis, bioetanol.

"Há total apoio ao RenovaBio. Mas é preciso ter certeza que o compromissos assumidos possam ser cumpridos"

Valor: *As usinas tinham um receio, nas eleições, de que o RenovaBio fosse desmantelado. O senhor quer manter o programa?*

Salles: No que me diz respeito, há total apoio ao RenovaBio. A gente vai fazer valer o RenovaBio. Claro que tudo que foi aprovado até agora neste governo precisa ser validado novamente. Você precisa ter certeza que o que se assumiu em termos de compromissos pode ser cumprido. Mas o RenovaBio é uma iniciativa importante que temos de defender.

Valor: *O senhor pretende apertar a fiscalização ambiental em alguma área? Haverá alguma mudança nos valores das multas?*

Salles: Temos que aumentar a fiscalização na área urbana sobretudo. Mas o último ponto é o valor da multa. Temos que orientar, oferecer alternativas e soluções, não adianta só coibir, precisa oferecer qual alternativa técnica, inclusive viável economicamente, para os Estados e municípios suportarem essas alternativas. E

obviamente nosso papel é trazer para eles um apoio técnico, financeiro e logístico para implementarem. Muitas vezes querem fazer, mas não sabem como.

Valor: *E quais as outras duas medidas no início do governo?*

Salles: A segunda medida que a gente quer fazer é um choque de gestão ambiental. É informatizar o ministério, todos os processos administrativos no Ibama, no ICMBio, e com isso dar transparência e celeridade aos processos, seja de fiscalização, seja de licenciamento ambiental. Todas as ações do ministério passam a ser públicas e online. Já conversei com o ministro Paulo Guedes, ele concordou e temos o sinal verde dele para fazer. E esses dados serão todos abertos, totalmente transparentes. Você vai poder consultar tudo pela internet, vai entrar e ter tudo lá: fulano de tal foi autuado pelo fiscal tal, por causa do fundamento tal.

Valor: *Mas dados de multas não são sigilosos?*

Salles: O que for sigiloso por força de lei só poderá ser acessado por quem estiver cadastrado. Mas aquilo que não for sigiloso, - acho que a maioria das informações não é sigilosa - vai estar na internet. Com isso a gente desburocratiza, agiliza todo o trâmite dos processos no sistema, sem uso de papel. Vamos fazer também as câmaras de conciliação para os autos de infração, para que o autuado possa apresentar seus argumentos antes de chegar à Justiça. Isso ajuda, porque se a pessoa disser "fui autuada, nem sei por quê, ninguém me ouviu", no dia que ele for autuado vai saber em dia está marcada a audiência de conciliação dele.

Valor: *E como acabar com a "indústria das multas", como vem defendendo o presidente eleito Jair Bolsonaro desde a campanha?*

Salles: Essas duas medidas que eu falei vão ajudar muito a tirar um certo excesso que pode haver nesse sistema. Na hora em que você coloca tudo online, aquele erro e eventual exagero são imediatamente identificados e corrigidos. Hoje o que acontece na prática? O sujeito é autuado no Amazonas, aí ele apresenta a defesa lá e até chegar a Brasília demora. Entra na fila e quando chegar na vez dele, será avisado, daqui a três, quatro anos. Não tem lógica. Isso vai dar uma bela melhoria na tramitação dos processos, não é nada para acelerar.

Valor: *Mas haverá pessoal no Ibama suficiente para tudo isso?*

Salles: Se você digitalizar, a produtividade do funcionário aumenta muito e facilita a vida do pessoal. Mas a saída não é mais pessoas e sim tecnologia, gestão, informatização. Em São Paulo fizemos isso e deu supercerto. Hoje, em nível federal, a pessoa já recorre na esfera administrativa, mas como o órgão julgador do recurso administrativo está muito longe do fato, ele não tem a menor noção. A Câmara de Conciliação vai ser no próprio Estado. Em cada superintendência estadual vai ter um representante para fazer a conciliação e isso vai dar muita qualidade.

Valor: *E a terceira medida?*

Salles: O terceiro ponto diz respeito ao uso dos recursos provenientes das multas, aquela discussão dos descontos. Criou-se aquele decreto dos descontos de multas e destinação para as ONGs e o que queremos fazer? Vamos aumentar o espectro de empresas e entidades habilitadas a usar o recurso. Hoje só ONGs podem usar. Não vamos eliminar a participação das ONGs, mas vamos trazer para dentro do decreto a possibilidade de que empresas privadas e a própria pessoa que recebeu o auto de infração possam usar e comprovar o recurso para a recuperação ambiental.

Valor: *Qual seria o critério para isso?*

Salles: O critério vai ser definido pelo ministério, que vai determinar prazo, custo. Hoje uma pessoa recebe R\$ 100 mil de multa e, se fizer, ele próprio, a recuperação

ambiental terá 35% de desconto. Se ele mandar uma ONG fazer, ele tem 60% de desconto, mas prestigiar a ONG em detrimento do sujeito está errado. Porque não pode ter 60% se ele mesmo fizer? Vamos suspender esse programa de conversão de multas por 90 dias e ampliá-lo, nivelando os descontos para todos, no mesmo percentual. Quem vai vencer a licitação é aquele que oferecer o menor preço. Aí sim, você tem uma concorrência maior. Porque hoje o mercado é cativo da ONG, a licitação é dirigida. Mas vai encher de empresas nessa licitação querendo fazer. Precisamos só ajustar o decreto e já conversei com o presidente.

"Vamos suspender esse programa de conversão de multas por 90 dias e ampliá-lo, nivelando os descontos"

Valor: *Vai acabar a insegurança jurídica nessa área?*

Salles: Se a multa tiver critério objetivo, não vai haver dúvida. Hoje há um nível de subjetividade, uma questão opinativa de quem está atuando muito grande e isso traz uma insegurança jurídica que é inaceitável. O Brasil precisa ser um país com segurança jurídica. Você precisa ter multas bem fundamentadas tecnicamente. Segundo: garantir para quem recebeu o auto de infração o direito à ampla defesa e ao contraditório, e tem que ter celeridade. Tudo que demora muito acaba virando injustiça. O sujeito é autuado em 2008 e vai ter o recurso apreciado em 2018.

Valor: *E o MMA fixaria um prazo para a apreciação de recursos de multas ambientais?*

Salles: Seria o ideal, mas ainda é prematuro. Vamos ter uma ideia de prazo quando tiver esse sistema novo informatizado, funcionando. O ideal seria demorar poucos meses. Hoje demora anos. Você vai ver às vezes que um auto de infração é inconsistente lá no Judiciário, o que poderia ser anulado lá atrás. A boa fiscalização é responsável.

Valor: *Sobre licenciamento ambiental, tem um projeto de lei tramitando que pretende agilizar o processo. O senhor vai apoiar esse PL ou propor mudanças?*

Salles: A prerrogativa de decidir sobre a Lei do Licenciamento é do Congresso, então o apoio é para que o Congresso tenha suporte técnico, pareceres, subsídios de informações. Estamos à disposição e vamos prestar todo o auxílio.

Valor: *O senhor concorda com os termos do projeto?*

Salles: Já vi o projeto, mas acho que é prematuro dizer alguma coisa porque está tramitando. Acho que tem pontos bons e alguns que precisam ser detalhados. Mas não vamos nos meter num processo legislativo. Quanto menos retrabalho houver no sistema de licenciamento, mais ágeis todos os processos serão, mas isso não é um cheque em branco para fazer qualquer coisa. Da nossa parte temos que montar uma estrutura de procedimentos técnicos que dê celeridade e transparência ao processo de licenciamento, sem descuidar da preservação ambiental. Você ter um modelo de funcionamento do ministério que não gaste tanto tempo para dar uma decisão. Isso se dá com informatização, menos etapas, não tirar critérios ambientais. É simplesmente fazer mais simples.

Valor: *Qual o prazo ideal de liberação de uma licença?*

Salles: Se for uma coisa de baixa complexidade, tem que demorar um mês, dois meses. Coisas de maior complexidade, seis, oito meses no máximo. Agora você não pode ter um licenciamento que demore mais de um ano, não tem cabimento isso.

Valor: *Qual um bom prazo para licenciar uma hidrelétrica?*

Salles: Um ano é um bom período para uma hidrelétrica, por exemplo. Em casos excepcionais pode até demorar mais. Mas hoje a demora virou regra. A regra tem que ser a celeridade. Para isso, tem duas hipóteses: contratar mais ou dar mais

treinamento e criar grupos mais especializados. Uma outra medida que vai facilitar o licenciamento ambiental no sentido de dar maior agilidade, não de dar menos garantias, é que criaremos no ministério uma secretaria interministerial, que será uma espécie de embaixada do meio ambiente em cada ministério. Eles [ministérios] vão ter corpo próprio pequeno e nós, [MMA] uma equipe circulando, dando suporte para ajudar a preparar projetos ambientais e criando, desde o início, soluções para o problema de tal forma que quando for para o Ibama isso vá o mais aparado possível. Isso já está na medida provisória da nova estrutura do governo e vai se dar nos ministérios de Minas e Energia, Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Agricultura. Isso dará um ganho de celeridade muito grande.

Valor: *O agronegócio vai ter mais voz no novo Ministério do Meio Ambiente?*

Salles: Todos os setores vão ter voz, até porque temos o Conama, em que vários segmentos têm assento. O agronegócio como todos os setores produtivos, o imobiliário, de infraestrutura, logística e inclusive as entidades de preservação ambiental e as ONGs serão respeitadas e tratadas em pé de igualdade.

Valor: *O presidente Bolsonaro fez algum pedido especial?*

Salles: Nossa conversa foi bem curta e quando ele ligou para me convidar para o ministério eu estava dirigindo na estrada. Ele me fez o convite e a frase dele foi: cuide do meio ambiente e respeite quem produz no Brasil.

Valor: *Como o senhor vê a condenação que sofreu pela Justiça por improbidade administrativa?*

Salles: As alterações no Plano de Manejo Mapa Tietê foram necessárias em virtude de diversos erros importantes. Erros materiais, inclusive decorrentes de fotografias de 2007, usadas sete anos depois, em 2014, e que portanto dali decorreram erros de diagnóstico muito grandes. Além disso, a sentença, ao final, reconheceu que não houve dano ambiental, que não houve nenhuma vantagem pessoal auferida por mim, e que diversas dessas mudanças eram necessárias. A decisão ainda reconheceu que não há nada de grave no processo. Portanto, a condenação se deu no mínimo legal e exclusivamente porque o magistrado entendeu que não caberia ao secretário de meio ambiente [estadual de São Paulo] fazer a conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico. Ou seja, que deveria ter ficado restrito ao tema de cuidar do meio ambiente sem se preocupar com essa conciliação com os diversos setores econômicos.

Ricardo Salles (Novo/SP) é bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie e pós-graduado pelas universidades portuguesas de Coimbra e Lisboa. Tem especialização em Administração de empresas pela FGV-SP. Antes de assumir o Ministério do Meio Ambiente, foi Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo entre 2016 e 2017 na gestão de Geraldo Alckmin (PSDB/SP). Foi também Secretário Particular do Governador do Estado de São Paulo.